

MUSEU HISTÓRICO DO PESCADOR, NUMA COMUNIDADE TRADICIONAL, BASEADA NA ORALIDADE¹

Bruna Wandekoken²

Resumo:

Para que serve um Museu de Pescadores onde a oralidade é a base de transmissão de saberes? Através dessa reflexão irei compartilhar as experiências vividas durante toda a minha infância, juventude e agora como doutoranda sobre a comunidade da qual pertenço, Ilha das Caieiras, Vitória, ES. Trazendo paralelos com outros museus de pescadores e suas práticas no Brasil e fora dele, busco compreender como uma comunidade baseada na oralidade, fazeres e saberes se sente representada ou não pelo espaço museológico, relatando experiências sobre duas exposições que pude realizar dentro do Museu Histórico Manoel dos Passos Lyrio, Museu do Pescador, que fica dentro da minha comunidade. Apresento resultados e observações de como as pesquisas realizadas através das metodologias da história oral e das narrativas de vida, pôde ser transformada em documentos, arte, mas acima de tudo pertencimento e identidade visível aos moradores e visitantes.

Palavras-chaves

História oral, narrativas de vida, museu do pescador, comunidades tradicionais.

A comunidade e o museu

O Museu Histórico da Ilha das Caieiras Manoel Passos Lyrio, ou como é conhecido Museu do Pescador, que se deu por reivindicação da comunidade, pois a Ilha das Caieiras é uma comunidade tradicional, formada principalmente por pescadores, marisqueiras e desfiadeiras. A proposta de museu veio por parte da prefeitura de Vitória, ES, denominado assim por meio da Lei Municipal nº 6.306/2005, sendo inaugurado em 29/11/2010. Inauguração que segundo as notícias do site da prefeitura foi de grande participação dos moradores, não ocorreu bem assim. Na ocasião pude estar presente, pois o prédio pertenceu ao bisavô paterno do meu filho, e infelizmente, estavam na inauguração apenas, autoridades políticas, artistas, e os descendentes do “Manoel dos Passos Lyrio” e pouquíssimos moradores. A escolha do sobrado foi decorrente de algo comum sobre as construções da região, as casas e comércios quando existam estes, eram construídos de pau a pique e telhado de palha, ou mais modernos e com um

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático 12 – Povos e Comunidades Tradicionais: desafios da oralidade, durante o 15º Encontro Regional Sudeste de História Oral: Memória Corpo Mundo. O trabalho foi realizado com financiamento da agência Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e bolsa de apoio à pesquisa da mesma Fundação FAPES.

² Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), doutoranda em Ciências Sociais pela UFES.
bruna.wandekoken@gmail.com

pouco maior de recursos eram feitas de tábuas de madeiras, oriundas de demolições e reaproveitamento de construções. Significando que a construção mais antiga de pé era o sobrado.

A reivindicação sim era antiga e como moradora da região, posso confirmar isso, e com o filho de parentesco direto com os “donos” do sobrado, pude acompanhar o desenrolar do processo, pois o prédio foi vendido a prefeitura por valor abaixo do mercado, desde que o museu levasse o nome de seu familiar, seu Duca, comerciante de secos e molhados, que não nasceu na comunidade, mas que desembarcou por ali na década de 20 com sua família vindo de uma comunidade de imigrantes alemães em de outro município de nome Santa Leopoldina, desceu o Rio Santa Maria da Vitória de canoa, com sua esposa e 05 filhos, além da mudança; se estabelecendo em sitio adquirido nas proximidades, abrindo comércio na Ilha das Caieiras, onde hoje fica o sobrado.

Esse sobrado onde hoje sedia o Museu, foi importante entreposto comercial durante muitas décadas, pertencia essa família de “posses” como dizem os moradores, tanto que é a única edificação, além da pequena capela (sem datação), ainda de pé, que remonta as histórias contadas por eles. “[...] que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar uma realidade complexa não experimentável diretamente.” (GINZBURG, 2011, p.152). Partindo desses vestígios, interrelações, histórias, causos e pistas, a pesquisadora que já habitava em mim, começa a juntar material para quem sabe, iniciar um projeto sobre esses questionamentos. Naquela época trabalhava em outra comunidade tradicional, quilombola, Araçatiba – Viana/ES, desenvolvendo projetos de extensão e pesquisa pela UFES. Trabalho este que foi muito semelhante ao que descrevo aqui sobre a Ilha das Caieiras, justamente por isso o chamei de “Retratos de um Povo – Ilha das Caieiras”, pois minha dissertação de graduação teve o título “Retratos de um Povo – Araçatiba” (2014), que rendeu exposições e outros frutos. Por esse projeto de dissertação, fui convidada pela coordenação dos museus de Vitória a pensar em projeto para o Museu do Pescador, inscrevendo tal proposta num edital de ocupação do museu em 2015. Diante desse acordo do museu levar o nome do dono do comercio e não “Museu do Pescador” a comunidade não ficou satisfeita, pois a reivindicação não era atendida em seu pedido. E isso ao longo dos anos foi criando um afastamento ainda maior da comunidade com aquele espaço, que a princípio seria de acolhimento, guarda, transmissão de saber e outras tantas funções que cabem a um museu desse tipo.

O que busco trazer aqui é um breve recorte da tese que está sendo construída por mim no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Espírito Santo,

onde o viés da minha pesquisa é histórico, antropológico, social, mas principalmente baseado na oralidade dessa comunidade onde cresci e pude desenvolver alguns trabalhos junto a eles, que renderam Exposições nesse Museu.

A comunidade e suas dificuldades de (re)existir

Assim como outras tantas comunidades tradicionais espalhadas pelo Brasil e pelo Mundo, com a nossa não seria diferente, a oralidade é a principal ferramenta na transmissão dos conhecimentos, histórias, cultura e valores, complementado a isso as práticas dos fazeres, técnicas de pesca, medicina natural e outros saberes transmitidos de geração em geração. Oralidade essa que para além de exercer esses feitos, constrói uma identidade coletiva, fortalece os laços e a coesão social, permitindo adaptações que foram acontecendo entre gerações, como troca de local de pesqueiros, peixes que não sobem mais o rio, causando a escassez de espécies e logo a diminuição de oferta de pescados, mudanças que fizeram com que essa comunidade tivesse que se reinventar e resistir, lutando a após dia por seu sustento.

No entanto, é importante reconhecer que as comunidades tradicionais enfrentam desafios em relação à preservação de sua cultura oral. A influência da cultura dominante, a urbanização, a perda de territórios tradicionais e a falta de políticas de preservação cultural são alguns dos fatores que podem ameaçar a continuidade da oralidade nessas comunidades. Portanto, é fundamental valorizar e respeitar a oralidade nas comunidades tradicionais, reconhecendo-a como uma forma legítima e rica de conhecimento. Isso envolve o apoio à preservação da cultura oral, o incentivo à transmissão intergeracional do conhecimento e o fortalecimento das práticas e tradições culturais dessas comunidades.

Localizando a comunidade Ilha das Caieiras; geograficamente fica na região da Grande São Pedro, de frente para 11 quilômetros quadrados de área de manguezal - extensão que faz dele o maior mangue urbano do país; historicamente a região com esse nome já consta na carta de doação da Capitania do Espírito Santo, fazendo referência com extração de cal, após pesquisas sabermos que era um imenso sambaqui que foi utilizado nessa extração por quase 400 anos, e após isso, exploraram outros sambaquis da região que estão submersos; servindo para as construções em todo o estado e para exportação. Comunidade voltada durante muitas décadas a pesca artesanal, posteriormente com a chegada de barcos maiores com o sistema de balão de arrasto, os pescadores artesanais tiveram um declínio significativo, somado a isso as obras da Ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça, liga as cidades de Vitória e Vila Velha, que

iniciou suas obras em 1978 e finalizou em 1989, ponte esta que fica na entrada do canal que irriga com água salgada o estuário do manguezal, que recebe o Rio Santa Maria da Vitória.

A comunidade é formada primordialmente por pescadores, marisqueiras e desfiadeiras, mas a partir do final da década de 90, início de 2000, os restaurantes foram ganhando lugar e prestígio na Ilha de Vitória, e aos poucos transformados pela prefeitura como polo gastronômico da cidade, a culinária servida de frutos do mar, mas também de pratos típicos capixabas, como a Moqueca e a Torta capixaba, além das casquinhas de siri desfiado, e outros tantos pratos servidos oriundos desse mangue. Então com o início da visitação turística gastronômica e a escassez de pescados, precisaram se reinventar. Produtos que eram fartos, como o camarão lameirão, passaram a ser raridade, peixes como sargo, xaréu, robalo eram artigos de luxo. Então o que antes era suas principais fontes de alimentação e venda no mercado, passaram a ser o produto vendido para subsistência de famílias inteiras. Surgindo na sequência a isso os barcos de pescados que ofereciam a diária ou o aluguel para que fossem pescar mais longe, após a entrada da ponte, em alto mar, mas bem comparado a lei do quinto³, trabalham muito, arriscam-se e ficam com muito pouco, após o pagamento do aluguel, do diesel e da parte do dono do barco.

Em meio a esse sistema do pescado, realizado quase que exclusivamente pelos homens, as mulheres precisaram criar outras maneiras de sustentar suas famílias, e a partir disso, começaram a desfiar o siri, o caranguejo, descobrindo que o valor agregado era maior que eles inteiros. Seus filhos comiam tainha e kira, peixes ainda em abundância, porém sem valor comercial, mistura consumida com pirão feito com farinha de mandioca e caldo do peixe. Elas, as desfiadeiras, vendiam os seus produtos primeiro no Mercado da Vila Rubim, na capital, depois para os restaurantes que foram surgindo ao redor. Formaram uma associação, tendo um dia dedicado a elas, o dia das desfiadeiras de Siri, passou a ser comemorado anualmente em 1º de agosto, foi instituído pela Lei Municipal 4.473, de 30 de julho de 1997. A produção ganhou força principalmente pelo valor vendido, porque para cada quilo desfiado é preciso de 60 machos ou de 150 a 200 fêmeas, o que torna o preço atrativo, sendo vendido de R\$ 45,00 a R\$ 70,00 o quilo, dependendo da época do ano. Agora imagine uma roda de mulheres juntas desfiando seus siris, as conversas, as trocas, as histórias antigas, as memórias vividas e transmitidas, como principal meio a oralidade e o fazer. Ao me sentar perto delas ouvi muitas

³ Durante o século 18, o Brasil Colônia pagava um alto tributo para seu colonizador, Portugal. O imposto cobrado pela Coroa Portuguesa sobre todo o ouro encontrado em suas colônias correspondia a 20%, ou seja, 1/5 (um quinto) do metal extraído que era registrado em "certificados de recolhimento" pelas casas de fundição. Este absurdo e altíssimo imposto, foi intitulado "O Quinto".

histórias desde pequena, e parte daí minha pesquisa de tese, dessas memórias contadas e transmitidas por gerações.

A oralidade como transmissão de saberes.

Pesquisadora em história oral de 2010, utilizo tanto a metodologia, como suas ferramentas, a princípio apenas da História Oral e posteriormente das narrativas de vida, buscando compreender, registrar e legitimar através dessas metodologias seus modos de vida, suas transformações, mas principalmente me colocando como ferramenta útil, à serviço da minha comunidade. E foi assim que em 2015 eu iniciei uma pesquisa contemplada através de um edital de ocupação do museu, que falaremos mais adiante, que unia a oralidade, as histórias de vida, fotografia e registros áudio visuais. Foram quase 6 meses de pesquisa e entrevistas, depois mais 4 meses de edição de vídeo, para a Exposição “Retratos de um Povo – Ilha das Caieiras”, que teve sua abertura em novembro/2016.

Foram 15 idosos ou griôs, entrevistados, na época o Seu Silvério tinha 65 anos sendo o caçula da turma e Seu Bino 92 anos o mais experiente deles, horas de gravações e outras tantas de prosa sem equipamento. Como era conhecida de quase todos que entrevistei as conversas rendiam muito além do que era previsto por mim inicialmente. Por ser uma comunidade tradicional bem no centro urbano, já foi palco de muitas pesquisas por faculdades e universidades durante os anos, algo que eu sempre ouvia a iniciar as conversas era “[...] eles vêm gravam, perguntam, fotografam a gente, as vezes levam nossas fotos que são nossas poucas imagens e nunca mais os vimos, e nem ficamos sabendo o que fizeram com aquilo” e ouvia também de familiares desses idosos, “papai não dá entrevista pra mais ninguém, mas se quiser tentar, fique a vontade”, assim fui de casa em casa, colhendo, trocando, sendo afetada e afetando a todos com as memórias compartilhadas, porque ali eu não era uma pesquisadora, era uma deles, me viram crescer, conheciam minha família, estava ali junto e não do outro lado da câmera (BOSI, 1987).

Durante as entrevistas fiz a escolha da gravação por celular, fixado em tripé pequeno, localizado atrás de mim, focado no entrevistado, o que lhe dava liberdade para se expressar sem a preocupação da câmera, ou performar por estar sendo gravado, pois logo esquecia que ela estava ali atrás. Durante a edição suprimi minha voz e minhas perguntas (BOSI, 1987), dando destaque nas falas de cada um, dando preferência primeiro em algo que compartilhavam como comunidade, depois em algo que só aquele indivíduo contou. A proximidade com as famílias e com os idosos, desde criança, sendo moradora do bairro, era uma visita querida e não uma

pesquisadora, o que a princípio tem suas facilidades, porém apresentam seus desafios da intimidade e da duração que geralmente se estendiam há bem mais de 4 horas.

A abertura da exposição “Retratos de Um Povo – Ilha das Caieiras”

Após quase um ano de pesquisas na comunidade da Ilha das Caieiras que se iniciou em novembro de 2015 e finalizou em setembro 2016, fui compreendendo que os moradores não tinham qualquer afeto ou pertencimento com o local “Museu”, em outras palavras a confiabilidade mútua nas relações de pesquisa consistem numa premissa básica do trabalho antropológico (ALMEIDA, 2018), o que até aquele momento não havia surtido efeito desejado, apesar de outros projetos de ocupação do espaço por outros artistas e afins. Através da pesquisa ao serem questionados sobre o museu, ouvi falas do tipo “ir lá fazer o quê? Não tem nada lá pra nós”, “é só o sobrado do seu Duca”. A exposição contou com uma foto do entrevistado, com seus dados logo abaixo, e com um qr code que dava acesso a entrevista deles, com vídeos que tinham aproximadamente 15 minutos. Durante a abertura da exposição foi uma história a parte que vale a pena ser contada, inclusive para poder contextualizar a relação até então com o espaço do museu.

A ideia da abertura surgiu numa conversa animada com uma das depoentes “Tia Laura” que lembrou de como era animado antigamente quando eles se juntavam e faziam um “junta pratos” e papeavam. Preparamos tudo, mesa, som, cadeiras etc., só que ao lado de fora do museu, mais precisamente aos fundos, debaixo de uma grande mangueira que nos fornecia abrigo, sombra e lembranças. Assim eles foram chegando, cada Griô trazido por sua família, outros demos jeito de ir buscá-los, cada qual chegava fazendo questão de colocar à mesa sua comida favorita. Foram momentos de muita emoção para todos eles, familiares e depoentes, nesse caso aqui, “Memórias Vivas”, foram muitos abraços e choros de reencontros, de indivíduos que apesar de ocuparem o mesmo território, haviam perdido o hábito de se encontrarem. Teve música ao vivo, convidei uma amiga que também trabalha com história oral e idosos, para me ajudar nessa tarefa da música, que ao verem o equipamento de som e ela com o violão, logo se formou fila dos idosos para cantar. Todos eles naquela tarde foram dentro do museu, em sua maioria pela primeira vez. Ao se verem ali naquelas paredes e suas histórias contadas por eles mesmos, se reconheceram e ao se reconhecerem naquele ambiente, iniciaram um processo de pertencimento com o lugar. Usaram o espaço de escuta ali instaurado para dizer da alegria dos encontros e partilha das memórias.

Nessa etapa da abertura tivemos apenas dois problemas: o primeiro, a indignação do secretário municipal de cultura que estava ali apenas para cumprir protocolo, levou um choque ao ver aquela multidão e nenhuma imprensa ou políticos, foi de forma rude inquirir a coordenação dos museus, o porquê o prefeito não estar ali e a imprensa também não; e foi com uma satisfação imensa que lhe disse que aquele momento era íntimo demais para virar palanque (BOSI, 1994), que eu como pesquisadora e artista idealizadora não permiti que assim o fosse em respeito a todos que ali estavam e ao que representavam. O segundo problema foi a dificuldade que as famílias tiveram em convencer os nossos homenageados, os griôs, a ir embora, isso passando mais de 4 horas de encontros e histórias, músicas, causos e choros.

O modelo “Museu do Pescador” e suas potencialidades.

Existem museus de pescadores espalhados pelo Brasil e pelo Mundo, a maior parte deles possuem a oralidade como base como transmissão de saberes, contribuindo para preservar, compartilhar suas histórias, culturas, histórias e tradições. Conhecimentos passados de geração em geração. A importância dessa modalidade de museu está em valorizar a sabedoria e experiência da comunidade pesqueira local, reconhecendo seu papel fundamental de guardiões das experiências e preservação dos recursos marinhos. Ao destacar a oralidade como base de troca de saberes, os museus criam espaços para as histórias, memórias e permite que esses conhecimentos sejam partilhados de maneira única, compreendendo a diversidade cultural e legitimando a identidade dos pescadores e da comunidade em questão. Funções que podem ser ferramentas valiosas na educação para as novas gerações, ainda servindo aos visitantes de imersão sobre os saberes de técnicas de pesca, ecossistemas marinhos, além de questões ambientais relacionadas à pesca sustentável. Museus de pescadores ainda podem e devem ser espaços importantes na documentação e na preservação das tradições, tecnologias e conhecimentos associados à pesca, Encontros e diálogos entre as diferentes comunidades de pescadores, promovendo a troca de experiências e as trocas de saberes.

Creio que o papel de museus dessa natureza seja contribuir para o pertencimento e reconhecimento das comunidades da qual fazem parte, possibilitando aos moradores daquele espaço, processos coletivos, como as identidades compartilhadas, participação em práticas comuns, partilha de valores e crenças, a busca de objetivos comuns, as comunidades também podem se unir em torno de metas e objetivos atravessados a todos. Isso pode incluir a defesa de direitos e interesses específicos, melhorias sociais, o avanço de uma causa específica ou a realização de projetos colaborativos. Esses processos coletivos de pertencimento desempenham um papel importante na formação e na coesão de uma comunidade. Eles ajudam a fortalecer os

laços entre os moradores, promovem um senso de identidade e propósito. Entendo que isso seria um ideal de museu onde as tradições e costumes ainda se encontram no seu entorno, e não numa história remota onde os personagens desse contexto se encontram extintos.

O Museu Histórico Manoel dos Passos Lyrio e sua relação com a comunidade

Diferente do que convém ao local “Museu do Pescador”, o aqui mencionado Museu Histórico “Manoel dos Passos Lyrio” ou Museu do Pescador, situado na Ilha das Caieiras, até o momento da escrita desse artigo, não cumpre nem de longe a função com o qual foi criado, destinado ou ansiava a comunidade. O acervo histórico é basicamente inexistente, não há objetos, guarda nem nada do tipo. O que as vezes acontece, como foi meu caso, é a doação das fotografias e do DVD produzido por mim sobre a exposição Retratos de um Povo. Acompanho de perto as atividades do museu e vejo a cada vez o distanciamento da comunidade dentro desse espaço, as escolas da região costumam programar visitas com seus alunos, na esperança de criar pública, pertencimento e afeto ao local. Atos que demandam tempo, paciência e disposição de professores empenhados e comprometidos nessa missão, o que por sinal, são poucos.

Ao retornar com a segunda exposição “Um Canoeiro chamado Tempo” nome que leva minha tese em construção, os moradores novamente compareceram em peso na abertura, pois tinham a certeza de que se veriam representados naquele espaço. Exposição traz a oralidade como principal fonte geradora dos acontecimentos, foram criadas 18 aquarelas, que contam uma história, como artista, antropóloga e pesquisadora, juntei todas as outras ferramentas que tenho facilidade, criando assim, um personagem que seria o fio condutor, O Canoeiro, ligaria as histórias contadas por todos, pois eles, os canoeiros, eram os personagens que foram citados na maioria das entrevistas. Sendo assim o canoeiro seria o Tempo, ele contaria sobre cada personagem entrevistado e ainda traria uma história contada pelo idoso. E assim nasceu a exposição construída em aquarela, com texto e tudo o mais que foi possível na ocasião. E novamente a comunidade compareceu em massa na abertura, os que já haviam partido, foram representados com orgulho por seus familiares.

Os moradores dessa comunidade, se veem como atrativos expostos numa vitrine, que se transformou suas casas localizadas nas pequenas vielas onde a maior parte dos trajetos aos ditos restaurante são feitos a pé, principalmente de poucos anos para cá, onde o turismo gastronômico é a principal fonte de renda da região, mas não privilegia os moradores, pois a maioria dos restaurantes na atualidade não são de moradores, mas que mantiveram os nomes dos antigos restaurantes, mantendo seus nomes estampados nas fachadas seus proprietários.

Ensaio para uma reflexão

Creio que a importância da tese que desenvolvo possa apontar para algumas soluções para esta comunidade da qual sou moradora e atuante, que contribua para orientar melhores meios e aproveitamento de uso desse espaço e suas potencialidades. Através das ferramentas que possuo, arte, antropologia, história oral, história, educação patrimonial e outras, somadas possam, quem sabe, promover aproximação da comunidade baseada na oralidade com o local de “guarda” histórica desse povo. Vale aqui lembrar que a lição importante é aprender a estar atento àquilo que não está sendo dito, e a considerar o que significam os silêncios. Os significados mais simples são provavelmente os mais convincentes. (THOMPSON, 1992) Esta escuta ativa foi fator primordial no decorrer desses trabalhos, pois permitiu que muitas histórias fossem contadas pela primeira vez por esses griôs da Ilha das Caieiras, que em sua maioria diziam “já vivi muito minha filha, preciso contar pra alguém o que vi nas minhas caminhadas” (TIA EUZA, 2015) ou outro que começa a conversa assim “Salomão vivendo, Salomão aprendendo” (SEU BINO, 2015), tendo outras ainda que falam quase que inaudível “mas porque eu, não sei contar muita coisa não...” (DONA MIQUINHA, 2016), e em todas essas conversas sempre me surpreendi com algo novo, que ninguém ainda havia relatado, e sempre acompanhava uma fala do tipo “Pergunta isso pra minha Madrinha, ela vai lembrar pra te contar melhor” (SEU VAVÁ, 2016) se referindo a Dona Miquinha. Mas também me deparei com alguns bem desconfiados, sobre o que eu sabia sobre os assuntos que eles abordavam: “conhece o xaréu?...você sabe mesmo pescar?...” (SEU MANINHO, 2016) para ao final da conversa ser tratada como uma igual por eles, e inclusive desacreditando quando perguntavam a minha idade, pois me viam com uma idosa também, “como você tão nova pode saber de tanta coisa?” (SEU SILVERIO, 2016).

A ativação das memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), o que pôde ser dito, o que precisou ficar apenas nos olhares, nos abraços e lágrimas trocadas durante as entrevistas, aberturas e ainda sepultamentos, pois dos 15 griôs, 9 já partiram para outras aventuras, continuando vivos cada vez que alguém reconta uma história, canta uma música, ou simplesmente diz, sou neta do Seu Bino, sou filha da Tia Euza, sobrinha de Dona Vita; fazendo dessas memórias, afirmações, certificações ou ainda a legitimação de que a sua presença, ato ou fala tem a chancela, tal qual uma aura (BENJAMIN, 1994) desse griô naquele ato. O orgulho de pertencer àquela comunidade, família, ou mesmo grupamento de agregados, é tal qual um grupo de iniciados numa sociedade única e secreta. Onde o que se aprendeu através dos convívios, práticas e ensinamentos, são retransmitidos através também da oralidade e do fazer

diário, afirmando a importância da preservação do que a comunidade tradicional ali significa, um legado para as futuras gerações, onde não apenas a culinária tão valorizada nesse momento no lugar como imponente polo gastronômico da cidade de Vitória, mas a lembrança que foi pela escassez de alimentos, desvalorização dos pescados, e a redução da quantidade e qualidade dos peixes encontrados na maré; fizeram com que a tradição fosse reinventada e ressignificada a cada novo passo, para driblar a fome daqueles personagens. até hoje enfrentam na comunidade, rompendo assim uma cadeia de subempregos, onde hoje paga-se para pescar utilizando os barcos que estão nas mãos de alguns poucos, sobrando muito pouco para os pescadores artesanais.

Sabendo que a história, memórias e culturas estão sempre em constantes movimentos e transformações, os relatos que estão sendo analisados na tese, contribuirão de maneira a rever, quem sabe solidificar, ou ressignificar a identidade e a maneira que nos vemos nessa comunidade, que hoje não é mais isolada pela água como porção insular, mas ainda preserva suas histórias e segredos para os que não são dali. Me sinto honrada e ao mesmo tempo com uma responsabilidade enorme de poder contar através da história oral o que me foi permitido pelo afeto e confiança dessas famílias (POLLAK, 1992), que são minhas também, como agregada que sou. É pela oralidade que pudemos ter acesso ao que ficou sem uma escuta ativa até aquele momento, pela oralidade podemos transformar falas em documentos, pela oralidade é que foram transmitidos os segredos das catas de mariscos e caranguejos, do ato de desfiar siri, da feitura da moqueca, da criação da mariscada, mas sobretudo do orgulho de ter vencido a fome e as mazelas relatadas por esses griôs. Alguns com constrangimentos, outros com resignação, outros ainda com revolta, em sua maioria tocando no assunto pela primeira vez, ao se sentir num lugar seguro (THOMPSON, 1992) e numa escuta de uma igual, de quem está ali apenas para escutar, escutar, escutar e nunca julgar o que aquele indivíduo precisou fazer para transpor a fome e a miséria, a falta de água encanada, o deslocamento ao Centro de Vitória a pé (6 a 8 km) com cestos na cabeça, fossem de peixes e mariscos para o mercado da Vila Rubim, seja de trouxas de roupas para as famílias abastadas. Creio que relatos como esses existam em várias outras comunidades tradicionais pesqueiras ou não, o que faz a diferença aqui é quem fala e quem escuta, e melhor como escuta, reprimi a escuta afetiva durante muitos trabalhos outros, em outras comunidades, porque sou essa que se envolve com as comunidades pesquisadas, e ainda mantenho laços estreitos de amizades e afetos com grande parte delas, pois mesmo em outras comunidades que desenvolvi pesquisa, sou tratada como uma igual, e no meu local, na minha comunidade, não seria diferente. Dos abraços afetuosos e apertados, dos cafés

que não tem fim, as conversas continuam a chegar ao pé do ouvido, agora na maior parte das vezes dos descendentes daqueles que já partiram para novas aventuras em outros planos. Lembramos histórias e causos, rimos e choramos pela saudade da ausência, mas acima de tudo temos a consciência de que fomos ‘afetados’ pelos que conosco partilharam suas memórias e recordações.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. de. **Cowboy anthropology**: nos limites da autoridade etnográfica. EntreRios – Revista do PPGANT -UFPI • 1ª Edição. 2018.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000.

BENJAMIN, W. “Sobre o conceito da História”. In: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, p. 225.

_____ **Obras Escolhidas**. São Paulo: Abril cultural, 1980

BERGAMIN, M.C. **Da penúria ao sucesso econômico: o processo de formação e desenvolvimento territorial de Santa Maria de Jetibá no Espírito Santo**, Universidade São Paulo, 2015. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22082016-133354/publico/2015_MarciaCristinaBergamin_VOrig.pdf> acesso em 20/10/2020.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo. Companhia das Letras. 1994.

POLLAK, M. **Memórias, esquecimento e silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____ **Memória e identidade Social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992.

THOMPSON, P. **A voz do passado - História oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 388 p.